

## Economia política: depois da hibernação

 [esquerda.net/artigo/economia-politica-depois-da-hibernacao/73225](https://esquerda.net/artigo/economia-politica-depois-da-hibernacao/73225)

Não existe uma via única de saída da crise ditada por leis económicas intangíveis: tudo dependerá das relações de força. Devemos dar conteúdo concreto a duas ideias: a redução do tempo de trabalho e uma garantia do emprego e dos rendimentos sociais. Por Michel Husson.

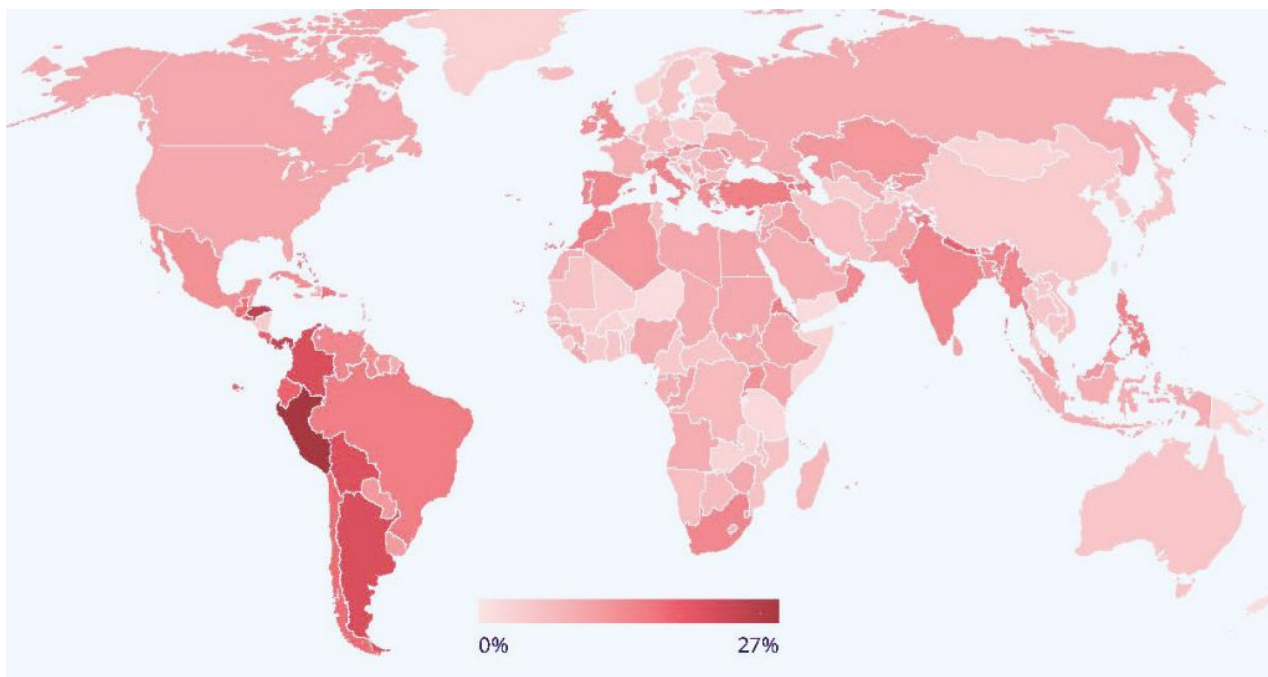


Ilustração publicada na página do A L`Encontre.

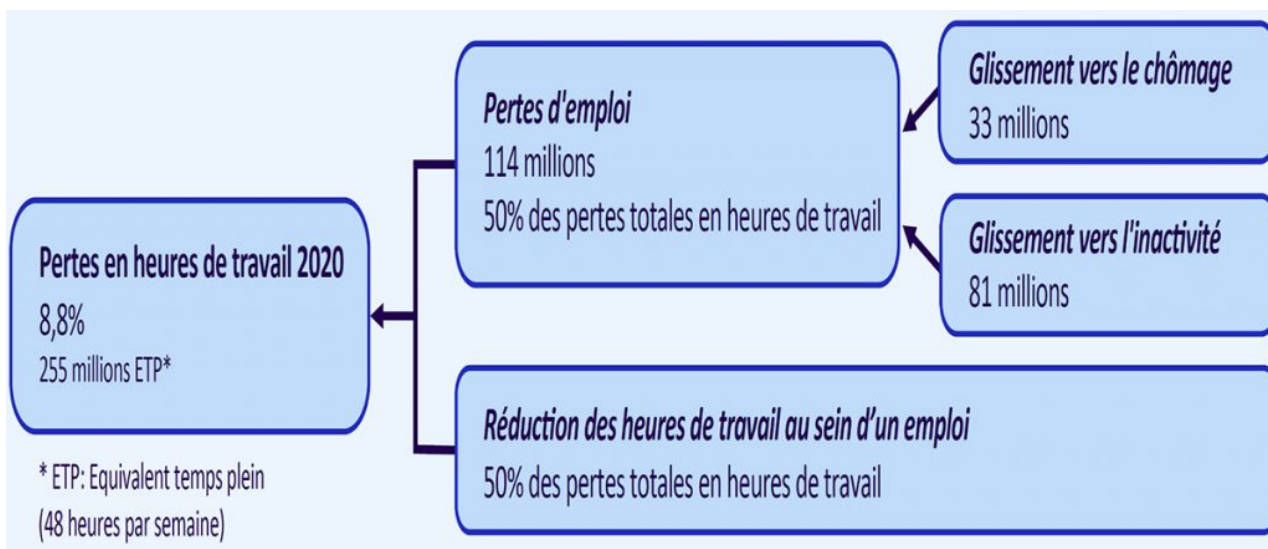
A crise da Covid-19 é uma gigantesca explosão cujos efeitos serão duradouros. Já todos percebemos que não haverá regresso à normalidade. Claro que podemos considerar que a crise vai trazer “dias melhores”. Mas uma perspectiva mais realista é a de que o capitalismo, enquanto sistema, sobreviverá à crise e até procurará aproveitá-la para fortalecer o seu poder.

### **À espera do ano passado<sup>1</sup>**

À espera do ano passado poderia ser, em homenagem a Philip K. Dick<sup>2</sup> (1928-1982), o título do presente artigo centrado no tema do emprego que polariza as questões sociais do futuro próximo. Isto porque é necessário começar por fazer um balanço desta crise e dos seus efeitos devastadores sobre o emprego. A avaliação da OIT [1] (Organização Internacional do Trabalho) é esclarecedora: “as perdas de horas de trabalho em 2020 foram cerca de quatro vezes maiores do que durante a crise financeira global de 2009”. E este fenómeno afeta o mundo todo, como se vê no mapa elaborado pela OIT, que mostra as horas de trabalho perdidas desde o final de 2019.



Esta perda de horas de trabalho distribui-se de forma mais ou menos igual entre a destruição de emprego e a manutenção de emprego graças aos apoios ao lay-off ou esquemas semelhantes, aquilo que a OIT designa como “redução de horas de trabalho no emprego”. No que respeita à destruição de empregos ela conduz, para a maioria, a uma saída do mercado de trabalho («deslocação para a inatividade») e, em cerca de um terço, a um aumento do desemprego.



O balanço da zona euro [2] é semelhante, constatando-se uma queda significativa das horas trabalhadas que apenas leva a um aumento moderado do desemprego. Existem para isso duas explicações importantes que têm implicações para uma (possível) saída da crise. A primeira é que a maioria dos governos europeus tem recorrido ao que se pode chamar de redução "defensiva" do tempo de trabalho, sob a forma de desemprego parcial ou técnico. Entre 2019 e 2020, o número total de horas de trabalho caiu 12% na zona euro, cerca de 35 mil milhões de horas, o que constitui aproximadamente o número total de horas de trabalho realizadas em Espanha em 2019. No entanto, no mesmo período, o

volume de emprego diminuiu "apenas" 5 milhões, cerca de 3%, enquanto a atividade económica (PIB) caiu 8%. Se tivermos em conta estes dois valores, o tempo médio de trabalho teria diminuído cerca de 10%, passando de 1.800 para 1.630 horas anuais.

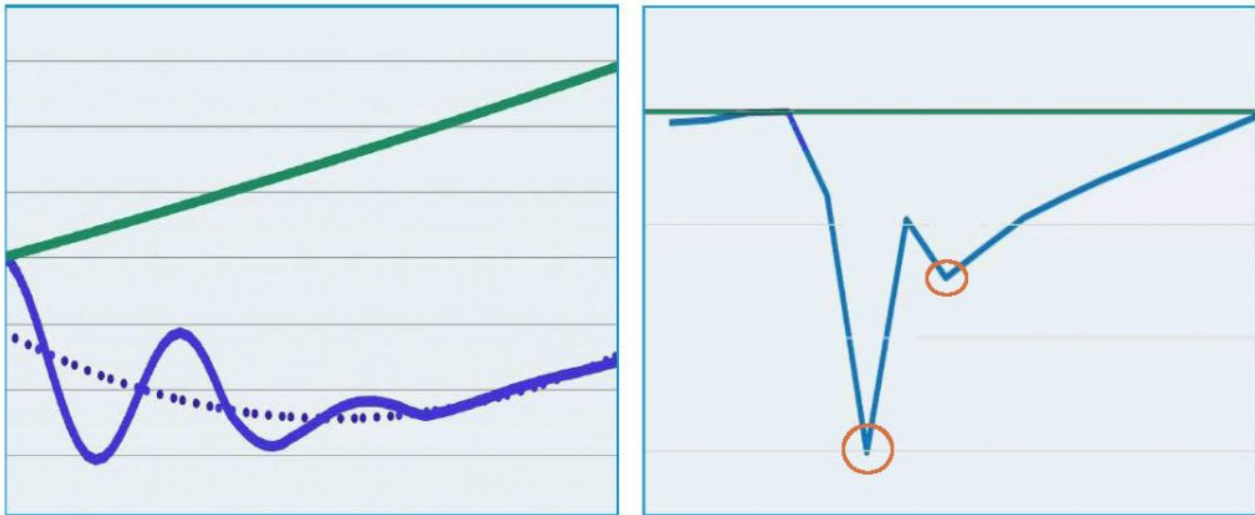
Em França constata-se o mesmo fenómeno: de acordo com o *INSEE*<sup>3</sup> [3], o número de horas trabalhadas diminuiu 20% entre meados de 2019 e meados de 2020, enquanto o emprego assalariado caiu apenas 2,8%. O *OFCE*<sup>4</sup> [4] estima em 2,7 mil milhões o número de horas não trabalhadas cobertas pela medida apelidada de atividade parcial, o que corresponderia a 1,5 milhões de empregos em tempo integral – e 29 mil milhões de euros em indemnizações.

Apesar da perda de postos de trabalho, a taxa de desemprego só aumentou 1,2 pontos percentuais na zona euro entre fevereiro e outubro de 2020. É aqui que entra em jogo um segundo fator claramente revelado pelo já citado estudo do BCE: "a população ativa caiu em cerca de cinco milhões de pessoas no primeiro semestre de 2020". Uma parte significativa do volume de empregos foi colocada "em hibernação" pelo lay-off e pela saída do mercado de trabalho. Esta imagem da hibernação, tomada de empréstimo do último relatório do Conselho Nacional de Produtividade<sup>5</sup> [5], é feliz porque coloca a questão certa: a do "acordar".

### **Perspetivas sombrias**

Apesar das previsões moderadamente otimistas para a diminuição gradual dos constrangimentos sanitários, as perspetivas são sombrias. Segundo a Comissão Europeia, em 2021 o desemprego na zona euro abrangerá mais 1,9 milhões (após outros 1,3 milhões em 2020), elevando o número de desempregados para cerca de 16 milhões, mesmo tendo em conta uma recuperação do crescimento estimada em 4%. No caso de França, as estimativas são consensuais de que em 2020 terão sido destruídos entre 700.000 a 800.000 empregos. Pelo contrário, não existe consenso nas previsões para 2021[6]: para o governo, de acordo com o seu projeto de Orçamento do Estado, serão criados 435.000 empregos, mas para o Banco Central de França e para o OFCE esse número será quase zero. A taxa de desemprego deve, portanto, continuar a aumentar, passando de 8,5% para 10,7% de acordo com a Comissão Europeia. [7]

Todas essas previsões são obviamente muito aleatórias, na medida em que dependem muito da evolução geral da pandemia: o ritmo da sua disseminação (ou da sua extinção gradual) condiciona fortemente a evolução económica. O entrelaçamento entre a crise sanitária e o ciclo económico é uma das características inéditas desta crise (que já abordámos em artigo anterior [8]), e é bem ilustrada pelo gráfico aqui reproduzido à esquerda. Podemos compará-lo com o gráfico da direita que mostra a previsão da OCDE para a zona euro [9] segundo a qual o nível de atividade antes da crise apenas será alcançado no final de 2022. No gráfico da esquerda é possível verificar o impacto dos confinamentos, mas a curva retoma em seguida a sua trajetória. Todas as previsões anteriores da OCDE (tal como as de outras instituições) estão, assim, dependentes das reviravoltas das condições sanitárias.



Nesta situação de profunda incerteza, em que os parâmetros da crise sanitária são mal controlados, a burguesia e as suas instituições confrontam-se com um dilema essencial: qual deve ser a combinação ideal entre medidas de defesa do sistema e o regresso ao funcionamento normal (*business as usual*). Este dilema tem implicações sobre duas questões essenciais: a gestão da dívida-Covid e o restabelecimento da taxa de lucro.

### **O que fazer com a dívida-Covid?**

Neste domínio, como noutros, a crise levou as classes dirigentes a fazerem escolhas que estão em total contradição com os seus princípios ideológicos: as regras orçamentais europeias foram suspensas e foi estabelecido um plano de recuperação coordenado. Podemos denunciar estas medidas como insuficientes ou provisórias, e essas críticas são legítimas, mas seria sem dúvida um erro não ter em atenção estas mudanças de política, pois elas indicam, involuntariamente, o caminho a seguir.

A mudança mais evidente é a gestão da dívida pública que obviamente aumentou fortemente na Europa. Em França, por exemplo, a dívida pública passará de 100% para 120% do PIB. No entanto, essa "dívida-Covid" foi abordada de uma forma completamente nova: foi emitida de forma parcialmente mutualizada, facilmente lançada e, em seguida, resgatada principalmente pelo BCE, o qual absorveu assim grande parte da dívida pública emitida em 2020: 76% em Espanha, 73% em França, 70% em Itália e 66% na Alemanha [10]. Tudo isso com taxas de juros muito baixas ou mesmo negativas e com spreads mínimos entre os diferentes países. Nunca será demais congratularmo-nos por este abandono dos dogmas.

Surge então a pergunta: o que fazer com esta nova dívida? A este respeito verifica-se em França um debate extremamente complexo - e virulento - entre os economistas, inclusive entre os economistas heterodoxos. É um debate difícil de resumir, ainda mais porque remete para controvérsias sobre a teoria monetária.

No curto prazo, a assunção dessa dívida adicional pelos bancos centrais é um mal menor e não representa um problema. Mas isso não significa que a vigilância dos mercados financeiros tenha desaparecido, pois os títulos da dívida pública continuam a ser emitidos no mercado primário, sendo ingénuo não perceber que permanecem numa emboscada. O

objetivo central deveria ser libertar-se desse domínio dos mercados. Em vez de procurar o cancelamento da parte da dívida detida pelos bancos centrais, seria preferível propor um imposto-Covid de emergência – e, de um modo geral, a tributação dos patrimónios mais elevados –, o combate à evasão fiscal, a instituição de um setor financeiro público, a obrigação de os bancos disporem de um limite mínimo de títulos públicos.

### **Intrinsecamente reversíveis**

A questão que se colocará muito em breve é a de saber até quando – e até que nível – os governos e o BCE vão prosseguir a sua política do «custe o que custar». Em 2009, o FMI dirigiu a seguinte recomendação à zona euro: «As medidas tomadas para apoiar a redução do tempo de trabalho e o aumento dos benefícios sociais – por mais importantes que sejam para aumentar os rendimentos e manter a mão-de-obra no mercado de trabalho – devem ser intrinsecamente reversíveis [11].»

É bem sabido o que aconteceu: ao passarem para uma política de austeridade rigorosa em 2010, os países europeus agravaram a crise das dívidas soberanas, infligindo a si próprios um *double dip*, uma dupla recessão, que adiou por vários anos uma verdadeira retoma da economia. Coloca-se de novo a mesma questão de escolher o momento certo, de modo a evitar que o regresso às políticas passadas ocorra demasiado cedo, sob pena de acabar com a retoma.

Os governos aprenderam, sem dúvida, com os seus erros do passado, mas a ideia de que as medidas tomadas na adversidade devem ser «intrinsecamente reversíveis» (para retomar esta deliciosa formulação do FMI) não desapareceu do subconsciente neoliberal. Eis o que o mesmo FMI recomenda atualmente à França: «À medida que a retoma se for instalando, as medidas de emergência globais deverão dar lugar a ajudas orientadas para os setores mais dinâmicos da economia, criando simultaneamente uma rede de segurança para as pessoas afetadas pela transição. Os esforços de reequilíbrio só deverão começar quando a retoma for confirmada, mas o processo de planeamento deverá, em contrapartida, começar desde já, a fim de propor uma solução orçamental de médio prazo credível, que vise a redução da dívida pública [12].»

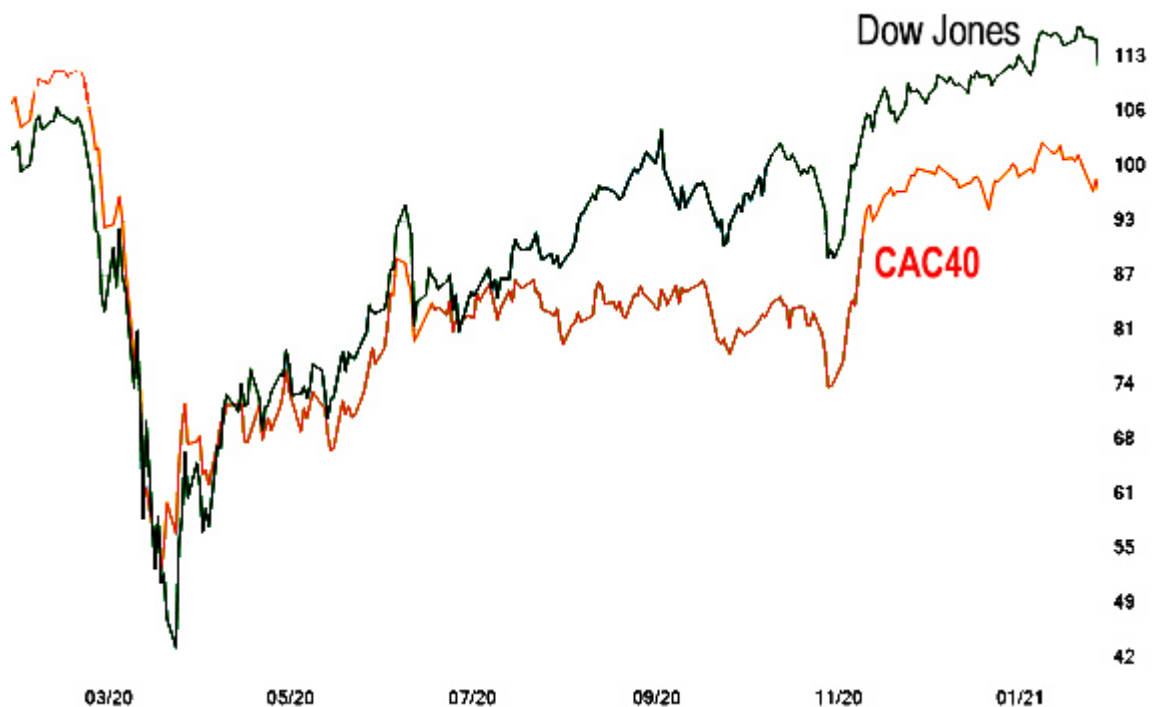
A OCDE, tal como o FMI, adota um tom comedido, mas não menos preocupante: «Nos próximos meses, os países terão provavelmente de modificar e ajustar a composição e as características dos seus programas de ajuda. Devido aos custos das medidas já em vigor, serão igualmente confrontados com decisões difíceis para determinar a forma de orientar as despesas sem correr o risco de pôr termo prematuramente ao apoio concedido às empresas ou às famílias que ainda dele necessitam [13].»

O ministro francês do Orçamento é ainda mais explícito: «o presidente da República foi muito claro a este respeito: soubemos fazer face à crise com dispositivos de ajuda maciços, mas estes dispositivos de emergência serão extintos progressivamente no momento da saída da crise. O nível de despesas que hoje conhecemos não é sustentável no tempo». Em suma, é preciso sair, a partir de 2021, do «custe o que custar [14]». O Governo francês

acaba aliás de criar uma comissão «sobre o futuro das finanças públicas», cuja composição é suficiente para demonstrar que o seu objetivo é justificar e preparar a austeridade futura [15].

### Exuberância capitalista

De um certo ponto de vista, o ministro do Orçamento francês tem razão: a atual política de aquisição pelo BCE não é «sustentável no tempo». Estas aquisições massivas de títulos – o *Quantitative easing*<sup>6</sup> - permitiram, com efeito, estimular os preços das ações, e uma das características desta crise é não ter afetado de forma duradoura as bolsas. O gráfico seguinte mostra que, de facto, o choque inicial da pandemia fez com que as cotações baixassem cerca de um terço, entre janeiro e o final de março de 2020. Mas, a partir desse momento, graças à política de intervenção maciça dos bancos centrais, as cotações recuperaram um movimento ascendente, mais acentuado nos Estados Unidos (*Dow Jones*<sup>7</sup>) do que em França (*CAC40*<sup>8</sup>).

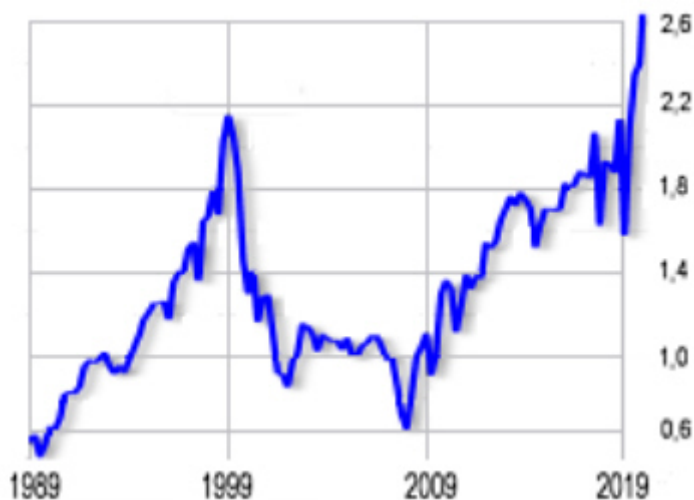


O efeito colateral deste gigantesco balão de oxigénio é o aumento dramático das desigualdades patrimoniais, especialmente no sector imobiliário: «Esta política monetária vai fazer subir fortemente os preços dos ativos (movimento que já começou), pelo que vai aumentar fortemente as desigualdades de património», como explica Patrick Artus, que está preocupado com isso: isto «conduzirá a uma crítica ainda mais violenta do capitalismo e, eventualmente, à sua queda a prazo, se uma grande maioria das pessoas considerar insuportáveis estas desigualdades patrimoniais, que não resultam de um esforço particular [16].»

Mesmo que não cheguem ao ponto de falar em fim do capitalismo, os economistas do FMI estão preocupados com esta exuberância bolsista. Partilham a preocupação expressa por «diversos analistas e investidores» segundo os quais «o valor real dos ativos de risco, como as ações e as obrigações de empresas, parece não corresponder ao valor de mercado.

Sublinham os desfasamentos existentes entre os preços (muito elevados) dos mercados das ações e as avaliações decorrentes dos indicadores económicos (ainda fracos), apesar das consideráveis incertezas económicas». Este desfasamento é medido pelo «Q de Tobin», que relaciona o valor das empresas na Bolsa - a sua capitalização – com o valor real dos seus ativos produtivos. O gráfico seguinte [17] mostra a evolução deste indicador nos últimos 30 anos para os Estados Unidos, podendo de facto constatar-se que se atingiu um pico histórico no passado mês de dezembro.

Para os economistas do FMI já citados, «os investidores apostam num apoio político constante, e daí resulta uma espécie de excesso de confiança nos mercados [que] aumenta o risco de uma correção ou de uma "reavaliação". Uma correção brutal e súbita dos preços dos ativos – por exemplo na sequência de um aumento persistente das taxas de juro – conduziria a condições financeiras mais restritivas. Isso poderá interagir com as vulnerabilidades financeiras



existentes, provocando repercussões na confiança e colocando em risco a estabilidade macro-financeira».

Em teoria, os preços das ações devem refletir as expectativas de lucro. A desconexão que se observa significa que as empresas contam com uma injeção contínua de liquidez por parte do Banco Central, a qual conduz à formação de «bolhas monstruosas», como bem sublinha Romaric Godin ao insistir no «enorme dilema do prisioneiro em que os bancos centrais estão presos, no qual por um lado os mercados atingem níveis injustificáveis, mas por outro os bancos centrais não podem dar-se ao luxo de restaurar a relação com a realidade económica [18].» Os economistas do FMI não dizem coisa diferente. Os decisores políticos vão, portanto, ser confrontados com um «dilema difícil»: devem «manter condições financeiras fáceis para assegurar a transição para as vacinas e a retoma económica. Mas devem também proteger o sistema financeiro contra as consequências involuntárias das suas políticas, mantendo-se em sintonia com os seus mandatos [19]».

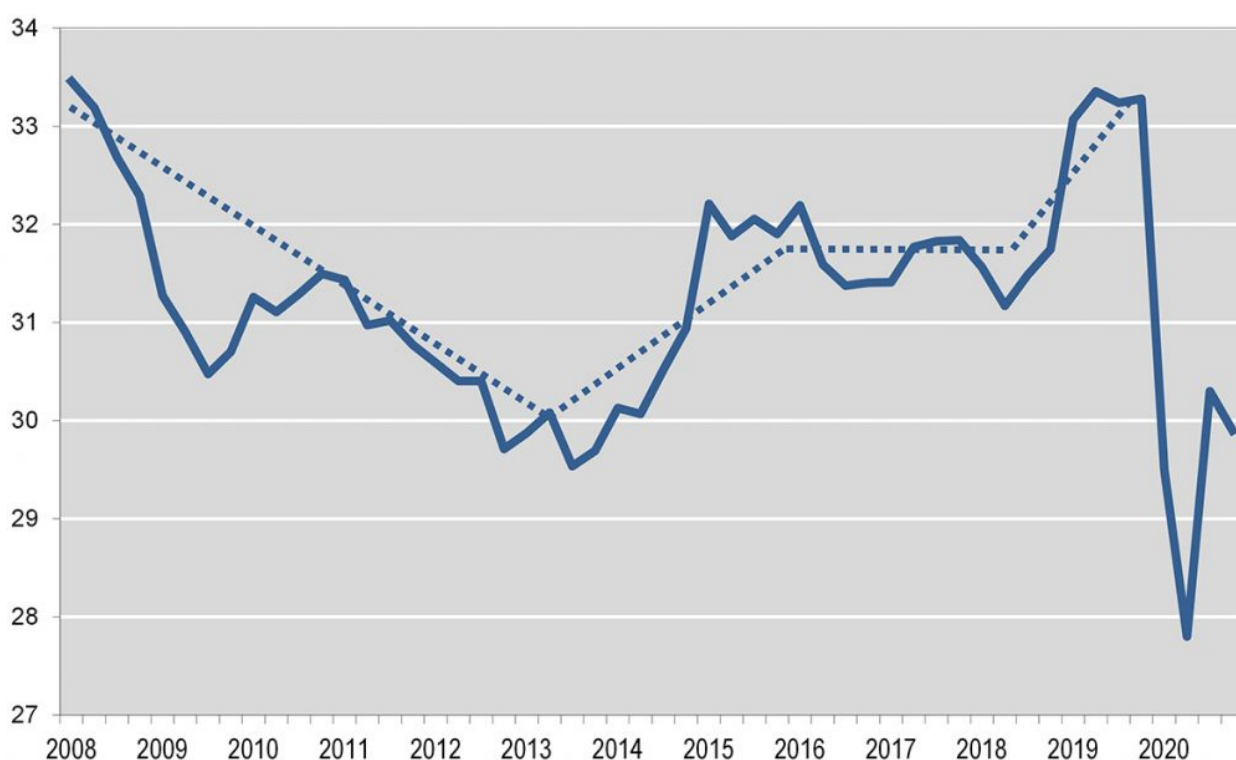
Mais grave ainda, e neste artigo limitamo-nos a referir esta questão, é o perigo de que a atual acumulação de dívida pública sirva como argumento para restringir o necessário financiamento público da transição ecológica [20].

## **Retorno ao lucro**

As dúvidas sobre a gestão da dívida pública mostram que os governos planeiam já um regresso à «boa saúde» orçamental, mesmo que estejam preocupados com a sua calibragem. Independentemente dos debates técnicos que existem, seria ingénuo pensar

que os governos renunciaram aos seus dogmas e que os «dias seguintes» conduzirão espontaneamente a uma nova «governança». O mesmo se aplica aos capitalistas que sofreram perdas e cujo principal objetivo será restabelecer a rentabilidade que a pandemia pôs em causa.

O gráfico seguinte [21] mostra a evolução em França da taxa de margem, ou seja, a parte do lucro no valor acrescentado das sociedades não financeiras. Observam-se as consequências prolongadas da crise de 2008, com a taxa de margem a baixar até 2013. Em seguida, o lucro regressa por etapas, a primeira entre 2014 e 2015 (sob a presidência de François Hollande), a segunda a partir de 2018 (sob a presidência de Macron). Pouco antes da crise da Covid, a rentabilidade das empresas francesas tinha sido restabelecida: a taxa de margem era então de 33,3%, próxima do nível alcançado antes da crise de 2008 (33,6%) e até mesmo do pico de 1989 com 34% (após uma curta década de austeridade socialista). O confinamento fez a taxa de margem cair para um nível muito baixo no segundo trimestre. A recuperação económica no terceiro trimestre permitiu recuperar mecanicamente uma parte da queda, mas as estimativas do *INSEE* para o quarto trimestre mostram que este movimento cessou.



De um modo geral, após uma recessão, «as empresas têm uma capacidade de ajustamento e de recuperação muito rápida, o que não acontece com o resto da economia [22]». Um inquérito do *Eurogroup consulting* [23] mostra, aliás, que o restabelecimento dos seus lucros é a principal preocupação das grandes empresas, para além da adaptação às incertezas associadas à crise.

Existem dois grandes métodos para atingir este objetivo: o mais moderno consiste em aumentar a produtividade mais rapidamente do que o salário, o que o velho Marx designava por mais-valia relativa. Esta crise seria assim a ocasião para um novo impulso, através da generalização das diversas formas de automatização – aqui definida em sentido



lato – desde a robotização até à «plataforma», passando pelo teletrabalho [24]. Desta forma, poder-se-ia pôr termo à tendência de longo prazo para a diminuição dos ganhos de produtividade ou, pelo menos, poder-se-ia compensar as perdas de produtividade resultantes da crise. É o que esperam uma parte dos economistas, os «tecno-otimistas», como exprimem claramente três economistas do Banco de França: «estas tecnologias poderiam contribuir fortemente para a recuperação económica após a crise da Covid-19, que estimulou o recurso a elas [25]».

Um inquérito realizado pela *Mckinsey* a 800 empresários em todo o mundo revela que já aceleraram a informatização e a automatização durante a pandemia, nomeadamente sob a forma de teletrabalho [26]. Por outro lado, a *Mckinsey* estima que 10% dos empregos europeus estariam "duplamente expostos" à automatização e à Covid-19, tendo as mulheres duas vezes mais probabilidade do que os homens de ocupar estes empregos de alto risco [27].

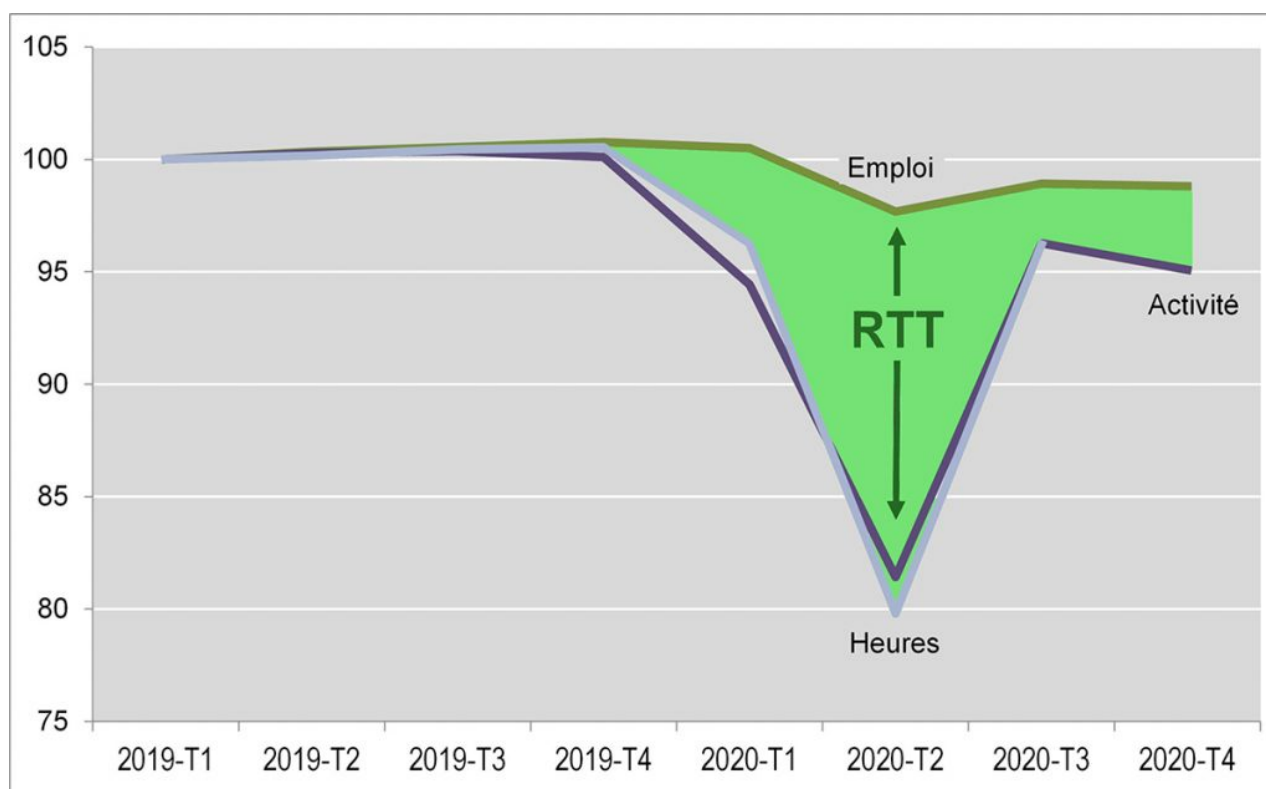
No entanto, as coisas não são assim tão simples: um estudo sobre as anteriores epidemias [28] mostra que estimularam a automatização, mas que, apesar de tudo, reduziram de forma duradoura a produtividade devido aos seus efeitos perturbadores: deslocação da força de trabalho, redução da inovação e do investimento, etc. [29]. Além disso, tal implicaria que as empresas pudessem investir e gastar em investigação e desenvolvimento. Ora, isso não é garantido, como assinalam, por exemplo, dois sindicalistas franceses: «A lista das empresas que estão a aproveitar a crise para realizar cortes nos seus efetivos nas áreas de engenharia, de investigação e de enquadramento é grande: Sanofi, Renault, Danone, Nokia, General Electric, Total, IBM, Airbus, Akka, Alten, CGG, Renault Trucks, etc. [30]». O adiamento de novas despesas de investimento é, afinal, uma forma de recuperar as contas que pode parecer razoável enquanto não se sair de um clima de incerteza.

Uma das explicações dadas para o abrandamento dos ganhos de produtividade é a presença de empresas «*zombies*» que constituiriam um obstáculo à difusão das inovações tecnológicas. Este assunto está atualmente a surgir de novo no contexto da ajuda às empresas durante a crise. O Conselho Nacional da Produtividade insiste na «necessária retirada das medidas de apoio» e alerta para o risco de «proteger excessivamente as empresas já estabelecidas e pouco produtivas [o que] impediria uma reafetação do capital, das competências e das quotas de mercado para empresas mais produtivas». É certo que este risco é apresentado como moderado, mas «é importante não apoiar artificialmente empresas não viáveis quando a atividade for retomada [31]».

Esta questão das «empresas *zombies*» é um bom exemplo da dificuldade de definir o *timing* certo para as medidas mais corretas e é bem ilustrada pelas declarações da economista-chefe da Direção do Tesouro: «o argumento schumpeteriano deverá, ainda por vários meses, ficar em segundo plano face à necessidade de limitar as falências de modo a preservar o tecido produtivo e as competências, dado que a incerteza vai permanecer quanto ao impacto duradouro da crise nos modelos de negócios [32]».

## **Recuperar o tempo (de trabalho) perdido**

A manutenção de empregos associada aos dispositivos de lay-off foi já anteriormente descrita. Este mecanismo é ainda melhor ilustrado no gráfico seguinte [33], onde se pode observar que a queda da atividade no segundo trimestre de 2020 conduziu a uma diminuição equivalente do número de horas de trabalho. Mas a diminuição do emprego foi em grande parte amortecida por diversas formas de redução do tempo de trabalho (RTT) que se qualificou de «defensiva»: é a zona verde do gráfico. A discrepância foi parcialmente diminuída no terceiro trimestre, mas continua a existir uma diferença de cerca de 4% entre o emprego e o que seria «conforme» (mantendo-se tudo o resto igual) ao nível da atividade.



O raciocínio dos empregadores vai ser, naturalmente, que é necessário recuperar esse tempo (de trabalho) perdido. A situação para eles é tanto menos sustentável quanto a tomada a cargo de uma boa parte da massa salarial pelas finanças públicas não pode durar eternamente. A primeira solução é, evidentemente, o despedimento e está já a ser posta em prática com a triplicação, em 2020, dos planos de despedimentos (cinicamente apelidados de «planos de salvaguarda do emprego»), inclusive por empresas que não estão entre as mais afetadas pela crise.

A segunda solução é prolongar a duração do horário de trabalho contornando a legislação, e voltamos à velha mais-valia absoluta de Marx. Esta é a ideia simples subjacente a uma nota do *Instituto Montaigne* publicada no passado mês de maio [34], insistindo no «necessário aumento da duração média do trabalho». Esta nota, proveniente do principal *think tank* do patronato (e da *macronie*<sup>9</sup> [35]) é reveladora, contendo um catálogo de medidas destinadas a contrariar a legislação sobre o tempo de trabalho: «dispensar o tempo de descanso de 11 horas mínimas por dia (...), dar novos incentivos ao aumento do tempo de trabalho», etc. e tudo isso, se possível, «a nível da empresa». Por fim, os funcionários, nomeadamente os professores, não foram esquecidos: será necessário

«recuperar as semanas de atraso escolar». Ao nível das empresas, o patronato fará valer este argumento: não é momento de ficar de braços cruzados! Na verdade, o terreno já foi largamente preparado pelas recentes reformas do mercado de trabalho, todas elas baseadas na ideia de que é necessário que tal aconteça «a nível das empresas».

O aumento do desemprego tem sempre como efeito modificar a relação de forças em detrimento dos assalariados. Esta crise não constitui exceção a este princípio: um inquérito do *Unédic*<sup>10</sup> [36], o organismo que gere o subsídio de desemprego em França, salienta que «tanto os assalariados como os candidatos a emprego dizem estar dispostos a fazer concessões para ter melhores oportunidades de verem o seu projeto profissional realizado». O que um diretor de agência do *Pôle emploi*<sup>11</sup> traduz (parafrazeando Marx) do seguinte modo: «por causa da crise, há mais mão-de-obra disponível. Os empregadores podem dar-se ao luxo de continuar a ser exigentes. Ou mesmo de aumentar o nível de exigência [37]».

O governo contribui antecipadamente para este endurecimento das relações sociais: mantém uma reforma regressiva do subsídio de desemprego, recusa-se a alargar aos jovens de 18 a 25 anos o acesso ao RSA<sup>12</sup> (uma forma de rendimento mínimo) e está a preparar, de forma discreta, um decreto que eliminará a prioridade dada ao pagamento dos salários em caso de falência de uma empresa [38].

### **Reiniciar a extração de lucro<sup>13</sup>**

A eventual saída da crise agrava uma contradição clássica e permanente do capitalismo. Para funcionar, o capitalismo precisa simultaneamente de lucro e de oportunidades de mercado. Regra geral, o que melhora o lucro tem o efeito de reduzir as oportunidades, o que é ainda mais verdade na situação atual. Por outras palavras, se é racional para uma dada empresa reduzir o emprego para recuperar o lucro, o resultado global pode muito bem ser uma restrição das oportunidades. Se, além disso, o Estado procura diminuir as suas despesas para reduzir o défice, o resultado pode ser uma recessão auto-infligida. Já vimos que, embora os Estados pareçam ter aprendido a lição com a crise das dívidas soberanas, continuam animados pelo princípio segundo o qual uma dívida deve ser reembolsada. Em ambos os casos, gestão das finanças públicas e gestão da mão-de-obra, a questão que se coloca é a mesma: em que momento será necessário passar aos ajustamentos forçosamente brutais necessários para recuperar o tempo perdido e voltar a um funcionamento «normal»? Quando deverão ser abandonados os dispositivos de emergência «intrinsecamente reversíveis»?

A questão, como se compreenderá, não é saber se se deve restabelecer o lucro, mas sim a que velocidade se deverá fazê-lo. O dilema é agravado pela extraordinária heterogeneidade desta crise, o que implica que o relançamento da economia corre o risco de se fazer na desordem, o que leva os economistas a falar de retoma «em K» na qual alguns recomeçam, enquanto outros entram em falência.

Além disso, nem todos foram atingidos da mesma forma, o que significa que as cicatrizes da crise não desaparecerão todas, ou pelo menos não desaparecerão à mesma velocidade. Existem os precários, os estudantes e os jovens em geral, os assalariados dos setores

particularmente atingidos (restauração, cultura, aeronáutica, setor associativo). A propósito dos estudantes, a revista do FMI [39] publicou um artigo com um título revelador: «A sombra permanente de um arranque infeliz». No plano macroeconómico, a mesma «sombra permanente» pesa sobre os diferentes elementos da procura: será que os consumidores (ou melhor, os 20% mais ricos) irão gastar a sua «poupança forçada»? E as empresas, irão investir? As exportações serão retomadas? A fragilidade das respostas dos economistas a estas questões é um bom indicador do grau de incerteza da conjuntura atual [40].

Neste contexto, as formas de ajustamento do emprego serão igualmente diferenciadas: destruição pura e simples, falências, planos sociais, mecanismos de reforma antecipada, licenças especiais, prolongamento e flexibilização do tempo de trabalho, extensão das plataformas e do trabalho ao domingo, tudo vai ser posto em prática.

A questão principal vai ser a de coordenar uma eventual retoma, de restabelecer circuitos económicos que não poderão ter uma forma idêntica. É evidentemente inútil confiar nas empresas para realizar esta coordenação, pois cada uma procurará sair da estagnação num clima de concorrência exacerbada. Esta função deveria caber ao Estado que deveria organizar uma «planificação» da retoma: vimos que nem mesmo o FMI receu utilizar essa palavra pouco ortodoxa. Mas o Estado não tem a intenção de enveredar por essa via, e aliás não dispõe – ou já não dispõe – dos instrumentos que permitam assegurar essa regulação. O Estado é, por exemplo, incapaz de planear a retirada progressiva das medidas de apoio (desemprego parcial, auxílios às PME, empréstimos bancários, diferimento de impostos e de contribuições, etc.).

Esta recusa de impor às empresas o mínimo constrangimento é evidente quando se analisa o plano de recuperação francês. Não se encontra nada, ou quase nada, a favor das famílias mais pobres, nenhuma criação de empregos públicos, nenhum controlo sobre a gestão do emprego privado, mas, em contrapartida, encontramos reduções de impostos significativas em favor das empresas, sem qualquer condição. Esta recusa de qualquer condicionalidade é o ponto-chave que revela uma incompreensão profunda da natureza específica desta crise.

Recordemo-nos dos violentos ataques aquando da instauração das 35 horas de trabalho semanais em França, que ultrapassavam em muito a defesa racional dos interesses postos em causa. Existe aqui um fator subjetivo que vai sem dúvida reaparecer, sob a forma de um «espírito de vingança» das classes dominantes, decididas a apagar tudo o que a crise lhes impôs e está já implícito em certos discursos e certas práticas.

Por conseguinte, devemos esperar uma reação social e política brutal e devemos prepararmo-nos para ela. Não existe uma via única de saída da crise ditada por leis económicas intangíveis: tudo dependerá das relações de força. É, pois, urgente elaborar propostas que façam a ligação entre a resistência imediata e um projeto de transformação social. Em vez de entrar em guerras sobre a teoria monetária, deveríamos voltar a dar um conteúdo concreto a duas ideias em matéria de emprego. A primeira é a da redução do tempo de trabalho, uma vez que, afinal de contas, ela permitiu reduzir a amplitude do

choque [causado pela pandemia]. A segunda é a de uma garantia do emprego e dos rendimentos sociais. É claramente sobre estas questões vitais que incidirão os conflitos sociais pós-Covid.

---

Texto publicado no *A L'Encontre* ([link is external](#)). Traduzido por Paulo Antunes Ferreira para o *Esquerda.net*.

## Notas do autor

[1] OIT, **Le COVID-19 et le monde du travail** ([link is external](#)), sétima edição, 25 de janeiro, 2021.

[2] Robert Anderton *et al.*, « **L'incidence de la pandémie de COVID-19 sur le marché du travail de la zone euro** ([link is external](#)) », Bulletin économique de la BCE, n° 8, 2020.

[3] Insee, **Comptes des branches, résultats trimestriels** ([link is external](#)). Dados **aquí** ([link is external](#)).

[4] OFCE, « **Impact économique de la pandémie en France et perspectives pour 2021** ([link is external](#)) », 11 de dezembro, 2020.

[5] Conseil national de productivité, **Les effets de la crise Covid-19 sur la productivité et la compétitivité** ([link is external](#)), janeiro de 2021.

[6] Alain Ruello e Guillaume Calignon, « **Les économistes et le gouvernement font le grand écart sur l'évolution de l'emploi** ([link is external](#)) », *Les Echos*, 16 de dezembro, 2020.

[7] Comissão Europeia, **European Economic Forecas** ([link is external](#)), novembro, 2020.

[8] Michel Husson, « **Rebond ou plongeon** ([link is external](#))? », *A l'encontre*, 29 de abril, 2020.

[9] OCDE, **Perspectives économiques** ([link is external](#)), dezembro, 2020, p. 299.

[10] Christophe Blot e Paul Hubert, « **Dettes publiques: les banques centrales à la rescousse** ([link is external](#))? », OFCE, 27 de janeiro, 2021.

[11] FMI, « **Déclaration de la mission du FMI sur les politiques mises en oeuvre dans la zone euro** ([link is external](#)) », 8 de junho, 2009.

[12] Jeffrey Franks, Bertrand Gruss, Manasa Patnam e Sebastian Weber, « **Comprendre les priorités de la France pendant la crise de la COVID-19** ([link is external](#)) », FMI, 19 de janeiro, 2021.

[13] OCDE, **Perspectives de l'emploi** ([link is external](#)), 2020, p.92.

[14] Olivier Dussopt, «**Il faut que 2021 marque la sortie du ‘quoi qu’il en coûte** [\(link is external\)](#)», *Les Echos*, 20 de janeiro, 2021.

[15] Romaric Godin, «**Finances publiques: une commission pour justifier l’austérité future** [\(link is external\)](#)», *Mediapart*, 4 de dezembro, 2020.

[16] Patrick Artus, «**La politique monétaire très expansionniste va-t-elle soutenir ou faire chuter le capitalisme** [\(link is external\)?](#)», 21 de janeiro, 2021.

[17] Fonte: Jill Mislinski, «**The Q Ratio and Market Valuation: December Update** [\(link is external\)](#)», *advisorperspectives.com*, janeiro, 2021.

[18] Romaric Godin, «**Après le Covid-19, un retour aux « Années folles » semble peu crédible** [\(link is external\)](#)», *Mediapart*, 27 de janeiro, 2021.

[19] Tobias Adrian e Fabio Natalucci, «**Financial Perils in Check for Now, Eyes Turn to Risk of Market Correction** [\(link is external\)](#)», *blog FMI*, 27 de janeiro, 2021.

[20] Esther Jeffers, François Morin, Dominique Plihon et Jean-Marie Harribey, «**Que la BCE prenne sa part pour le climat** [\(link is external\)](#)!», *blog Mediapart*, 21 janvier 2021.

[21] Fontes : Insee, **Note de conjoncture** [\(link is external\)](#), 15 de dezembro, 2020 ; Insee, **Comptes nationaux trimestriels au 4ème trimestre 2020**, janeiro, 2021. Os dados podem ser descarregados **aqui** [\(link is external\)](#).

[22] Patrick Artus, «**Qu’est-ce qui se normalise rapidement après une récession** [\(link is external\)?](#)», 18 de janeiro, 2021.

[23] Guillaume de Calignon, «**L’étonnant optimisme des grandes entreprises françaises** [\(link is external\)](#)», *Les Echos*, 12 de janeiro, 2021.

[24] Ver o nosso artigo anterior: «**Automatisation, productivité et Covid-19** [\(link is external\)](#)», *A l’encontre*, 21 de outubro, 2020. [20] Esther Jeffers, François Morin, Dominique Plihon e Jean-Marie Harribey, «**Que la BCE prenne sa part pour le climat** [\(link is external\)](#)!», *blog Mediapart*, 21 de janeiro de 2021.

[25] Gilbert Cette, Sandra Nevoux e Loriane Py, «**Les technologies digitales : une source de rebond de la productivité** [\(link is external\)](#)?», *Banque de France*, 18 de dezembro, 2020.

[26] McKinsey Global Institute, **What 800 executives envision for the postpandemic workforce** [\(link is external\)](#), setembro, 2020.

[27] McKinsey Global Institute, **The future of work in Europe** [\(link is external\)](#), junho, 2020.

[28] Alistair Dieppe, Sinem Kilic Celik, Cedric Okou, «**Implications of Major Adverse Events on Productivity** [\(link is external\)](#)», *The World Bank*, setembro, 2020.

[29] Sobre este questão remetemos para as contribuições preciosas de Martin Anota : «**Quel est l'impact de l'épidémie de Covid-19 sur la productivité** ([link is external](#))?», 28 de dezembro, 2020 ; «**Avec la pandémie, les travailleurs doivent-ils craindre de voir arriver une vague de robots** ([link is external](#))?» 16 de janeiro, 2021.

[30] Sophie Binet, Marie-José Kotlicki, «**Recherche et ingénierie : catastrophe industrielle en vue** ([link is external](#))», *Les Echos*, 17 de janeiro, 2021.

[31] Conseil national de productivité, **Les effets de la crise Covid-19 sur la productivité et la compétitivité** ([link is external](#)), janeiro, 2021.

[32] Agnès Bénassy-Quéré, «**2021, l'année des zombis** ([link is external](#))?», 7 de janeiro, 2021.

[33] Fonte: Insee, **Comptes nationaux trimestriels au 4ème trimestre 2020**, janeiro 2021. Os dados podem ser descarregados **aqui** ([link is external](#)).

[34] Bernard Martinot, «**Rebondir face au Covid-19 : l'enjeu du temps de travail** ([link is external](#))», Institut Montaigne, maio, 2020.

[35] Jérôme Lefilliâtre, «**L'Institut Montaigne, la très riche boîte à idées de la macronie** ([link is external](#))», Libération, 9 de janeiro, 2021. Durante a campanha presidencial de Macron a sua equipa estava sediada nas instalações do Institut Montaigne: Laurent Mauduit, «**Le patronat héberge discrètement Emmanuel Macron** ([link is external](#)) », *Mediapart*, 7 de abril, 2016.

[36] Unédic, «**Crise de la Covid-19 et marché du travail** ([link is external](#))», dezembro, 2020.

[37] Cécile Hautefeuille, «**Les chômeurs font des concessions, les employeurs ne transigent pas** ([link is external](#))», *Alternatives économiques*, 4 de janeiro, 2021.

[38] Laurent Mauduit, «**Le régime de garantie des salaires en grave danger** ([link is external](#))», *Mediapart*, 21 de janeiro, 2021.

[39] Hannes Schwandt e Till von Wachter, «**L'ombre permanente d'un démarrage malheureux** ([link is external](#))», *Finances & Développement*, dezembro, 2020.

[40] Pierre Madec et Hervé Péléraux, «**L'économie française en 2020-2022 selon le panel des prévisionnistes** ([link is external](#))», OFCE, 29 de janeiro, 2021.

---

Notas da tradução:

<sup>1</sup> NT: no original *En attendant l'année dernière*.

2 NT: O autor faz referência a um livro de Philip K. Dick, *À Espera do Ano Passado*, Editorial Presença, abril de 2004, onde se faz uma viagem ao futuro próximo. Philip K. Dick foi um escritor norte-americano de ficção científica que alterou profundamente este género literário, explorando temas políticos, filosóficos e sociais, autoritarismo, realidades alternativas e estados alterados de consciência.

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Philip\\_K.\\_Dick](https://pt.wikipedia.org/wiki/Philip_K._Dick) (link is external).

3 NT: INSEE é a abreviatura de *Institut national de la statistique et des études économiques*. Trata-se do organismo responsável pela coordenação do serviço oficial de estatística francês, composto pelo INSEE e pelos serviços ministeriais de estatística (Services statistiques ministériels - SSM), e recolhe, produz, analisa e divulga informações sobre a economia e a sociedade francesas. <https://www.insee.fr/fr/accueil> (link is external).

4 NT: O Observatório Francês das Conjunturas Económicas (OFCE) é um organismo independente de investigação, de previsão e de avaliação das políticas públicas criado pelo Estado francês em fevereiro de 1981, no seio da Fundação Nacional de Ciências Políticas. [https://fr.wikipedia.org/wiki/Observatoire\\_fran%C3%A7ais\\_des\\_conjoncture...](https://fr.wikipedia.org/wiki/Observatoire_fran%C3%A7ais_des_conjoncture...) (link is external).

5 O Conselho Nacional de Produtividade (CNP) é responsável pela análise dos fatores determinantes e da evolução da produtividade e da competitividade em França, tendo especialmente em conta aspetos relacionados com a área do euro.

<https://www.strategie.gouv.fr/reseau-france-strategie/conseil-national-d...> (link is external).

O CNP é um órgão criado no âmbito da France Stratégie, um organismo de análise prospetiva sobre os grandes temas sociais, económicos e ambientais. Institucionalmente colocado junto do Primeiro-Ministro, formula recomendações ao poder executivo, organiza debates, monitoriza exercícios de concertação e contribui para a avaliação ex post das políticas públicas. <https://www.strategie.gouv.fr/propos-de-france-strategie> (link is external).

6 NT: *Quantitative Easing* (QE), que pode ser traduzido como Flexibilização quantitativa, é uma medida de política monetária pela qual um banco central compra em grande escala títulos de dívida do governo ou outros ativos financeiros de modo a injetar dinheiro na economia com o objetivo de expandir a atividade económica.

7 NT: O *Dow Jones Industrial Average* (DJIA), ou simplesmente o *Dow Jones*, é um índice bolsista que reúne 30 grandes empresas cotadas em bolsas nos Estados Unidos. [https://en.wikipedia.org/wiki/Dow\\_Jones\\_Industrial\\_Average](https://en.wikipedia.org/wiki/Dow_Jones_Industrial_Average) (link is external).

8 NT: *CAC 40*, cujo nome deriva da expressão *Cotation Assistée en Continu*, é um índice bolsista que reúne as 40 maiores empresas cotadas em França.

[https://pt.wikipedia.org/wiki/CAC\\_40](https://pt.wikipedia.org/wiki/CAC_40) (link is external).



9 NT: Termo usado por alguns em França para designar a parte da França partidária de Emmanuel Macron, especialmente as pessoas com poder do círculo próximo de Emmanuel Macron.

10 NT: UNEDIC é a sigla de *Union nationale interprofessionnelle pour l'emploi dans l'industrie et le commerce* (União Nacional Profissional para o Emprego na Indústria e Comércio). Até 2009, era uma agência do governo francês que disponibilizava benefícios sociais aos desempregados. Em 2009, foi fundida com a ANPE na recém-criada agência *Pôle emploi*, e foi transformada numa associação independente, liderada pelos parceiros sociais. No entanto, continua a fixar os montantes das contribuições sociais e das prestações de emprego.

11 NT: O *Pôle emploi* é um organismo público de carácter administrativo, responsável pelo emprego em França e que tem três tarefas essenciais: o acompanhamento do regresso ao emprego; o pagamento das prestações sociais de emprego e desemprego; a ligação entre empresas e candidatos a emprego.

[https://fr.wikipedia.org/wiki/P%C3%B4le\\_emploi](https://fr.wikipedia.org/wiki/P%C3%B4le_emploi) (link is external)

12 NT: RSA é a abreviatura de *Revenu de Solidarité Active*, medida de segurança social francesa semelhante ao RSI existente em Portugal. O Rendimento de Solidariedade Ativa (RSA) garante às pessoas sem recursos um nível mínimo de rendimento que varia consoante a composição do agregado familiar. O RSA está aberto, sob certas condições, às pessoas com pelo menos 25 anos e aos jovens ativos com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos se forem pais solteiros ou se tiverem tido uma atividade profissional durante um determinado período de tempo. <https://www.service-public.fr/particuliers/vosdroits/N19775> (link is external)

13 NT no original *Réamorcer la pompe à profit*.

Termos relacionados [#CriseGlobal](#), [Internacional](#)  
(...)